

A participação no seu contexto específico: O “*Paktu ba Eleisaun Pasífika*” em Timor-Leste¹

Carla Luís²

Resumo

A participação desempenha um papel importante nas sociedades pós-conflito. Contribui para um sentido de pertença e para uma representação adequada da sociedade. As eleições podem incentivar a participação popular e a indusão, factores chave para a consolidação dos novos Estados. O Pacto para a Eleição Pacífica decorreu em Timor-Leste antes do Ciclo Eleitoral de 2012. Iniciativa da Comissão Nacional de Eleições, a nível nacional, visava congregar todos os líderes políticos e locais, através de uma cerimónia tradicional. O objectivo era apelar a uma eleição pacífica, promovendo a participação popular e o sentido de pertença relativamente ao processo eleitoral. Visamos demonstrar que as instituições locais podem desempenhar um papel muito importante nesta área e que estas iniciativas podem ser levadas a cabo ainda que não estando inicialmente previstas no processo formal de consolidação da paz. O Pacto para a Eleição Pacífica nunca esteve previsto em nenhum mecanismo de intervenção da ONU.

Palavras-chave: eleições; Timor-Leste; participação; pós-conflito; construção da paz.

Abstract

Participation plays a big role in post-conflict societies. It contributes to a sense of belonging and adequate representation of society. Electoral systems can foster popular participation and indusion, key factors to consolidate new states. The “Pact for a Peaceful Election” took

¹ Comunicação aprovada em processo de seleção científica, apresentada pela doutoranda Carla Luís no IV Colóquio dos Doutorandos do CES – realizado nos dias 6 e 7 de dezembro de 2013 – na Linha Temática 12 do evento “*Relações Internacionais e seus contextos: entre a(s) teoria(s) e a(s) história(s)*” na mesa 12.4 “*Perspectivas Críticas sobre a Prática da Paz*”.

² Doutoranda no CES, no Programa de Doutoramento “Política Internacional e Resolução de Conflitos”. Projecto de tese “O papel dos sistemas eleitorais nas políticas de peacebuilding da ONU: o caso de Timor-Leste”, com o apoio da FCT SFRH/BD/79096/2011. Investigadora no projecto do CES “[Consolidação da paz e a sua sustentabilidade: as missões da ONU em Timor Leste e a contribuição de Portugal](#)”. Mestre em Direitos Humanos e Democratização pelo European Inter University Institute for Human Rights and Democratisation, em Veneza. Licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa. Áreas de interesse: sistemas eleitorais, Sudoeste Asiático, construção da paz, pós-conflito. carlaluis@ces.uc.pt
Filiação institucional: Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra, Portugal.

place in Timor-Leste before the 2012 Electoral Cycle. An initiative of the National Electoral Commission, nationally, it aimed at congregating all the political and local leaders, performing a traditional ceremony. The objective was to achieve a peaceful election and to foster popular participation and the sense of belonging by the population. We aim at showing how local institutions can play a great role in this and how these processes can take place even if the formal mechanisms were not initially foreseen in the peacebuilding process. The Pact for a Peaceful Election was created and carried out by a national institution and was never foreseen in any UN intervention mechanisms.

Keywords: elections; Timor-Leste; participation; post-conflict; peacebuilding.

Introdução

Neste artigo vamos analisar a iniciativa “Pacto para a Eleição Pacífica” (PEP ou “Paktu ba Eleisaun Pasifika”, em tétum) em Timor-Leste. Organizado pela Comissão Nacional de Eleições (CNE) no início do Ciclo Eleitoral de 2012, visava utilizar a cultura popular como uma forma de compromisso para evitar a recorrência de violência no contexto eleitoral. Foi concebido como um instrumento de procura de aceitação, por parte das instituições locais, das instituições e práticas do Estado liberal, neste caso as eleições. Para isso, estas foram enquadradas nas dinâmicas e culturas locais, através da realização do PEP.

Tratou-se de uma iniciativa da CNE a nível nacional, visando congregar todos os atores políticos e líderes locais, de forma a levar a cabo uma cerimónia tradicional. O objectivo era fazer com que a população, incluindo os líderes e autoridades locais, percepcionassem o processo eleitoral como seu, incentivando a participação popular e criando ou reforçando o sentido de pertença.

O presente artigo assenta principalmente no trabalho de campo realizado em Timor-Leste em 2013, um ano após o ciclo eleitoral de 2012. Vamos analisar as percepções de intervenientes a três níveis distintos: a Diretora de País do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Mikiko Tanaka, dois Comissários da CNE, nomeadamente a Comissária Dulce Vítor e o Comissário Faustino Cardoso, e um cidadão timorense, professor de instrução primária. Pretende-se desta forma analisar as percepções destes diversos intervenientes, a diferentes níveis,

observando de que forma o PEP perpassou a sociedade, bem como as percepções e efeitos que pode ter gerado.

Visamos demonstrar que estas iniciativas e práticas informais podem ser uma boa forma de alicerçar a paz e de interagir com as instituições do Estado liberal, a nível local e de uma forma sustentável. Estas práticas, nas quais se incluem o PEP, podem ser levadas a cabo ainda que não estejam previstas nos instrumentos formais de intervenção para a paz, incluindo os mandatos, como no caso sucedeu com a intervenção da ONU em Timor-Leste.

A importância da participação

A nível local os sistemas de participação cívica são uma forma muito importante e essencial de capital social, aumentando as hipóteses de os membros da sociedade cooperarem em mútuo benefício (Putnam, 1993: 183), de uma forma integrada e de acordo com as realidades locais (Sen, 2004: 4). Os cidadãos devem estar no centro de qualquer processo de desenvolvimento e este deve basear-se na criação de capacitação, de forma a gerar um empoderamento individual e colectivo (Sen, 1999; Evans, 2002). É por isso crucial o sentido de pertença ao processo (Bourdieu, 1986), na sua implementação a nível local (Cuesta, 2004: 9), devendo os resultados basear-se nos recursos e características locais, incluindo o capital social (Putnam, 1993; Bourdieu, 1986). No que se refere à legitimidade, autores como Richmond argumentam que o modelo de paz liberal exclui os cidadãos do processo de emancipação e que estes devem ser envolvidos nas dinâmicas quotidianas, alargando o âmbito da intervenção (Richmond, 2009: 578). A participação deve, por isso, ser um compromisso constante, de forma a assegurar um controlo efetivo dos cidadãos sobre os processos de decisão (IDEA, 2012: 1).

O Pacto para a Eleição Pacífica: percepções a níveis distintos

No presente artigo analisamos as entrevistas levadas a cabo junto de diferentes intervenientes, a níveis distintos, no processo eleitoral em Timor-Leste. Pretende-se analisar de que forma o processo eleitoral, e em particular a iniciativa PEP,

contribuíram para a participação popular e criação do sentido de pertença quanto aos processos eleitorais em Timor-Leste em 2012, no objectivo mais amplo de consolidação da paz e da construção do Estado.

Mikiko Tanaka, Diretora de País da UNDP de 2010 à atualidade³

Para a Diretora de País do PNUD, Mikiko Tanaka, em Timor-Leste “as eleições e a transição política criaram elevados níveis de confiança e de sentido de pertença nas instituições nacionais, com resultados muito positivos”. Um aspecto muito positivo, apesar dos diversos desafios que ainda subsistem, é que “a paz está agora integrada organicamente nos nacionais. No entanto, e se a qualidade de vida não melhorar, isso pode contribuir para existência de alguns conflitos – mas provavelmente já não como em 2006”. A Diretora de País refere ainda que, no que se refere à elaboração de legislação, é necessário questionar o que é que as leis eleitorais significam para as pessoas e pensar nestes aspectos de uma forma ampla. No entanto, considera que Timor-Leste tem uma abordagem bastante criativa e importante ao processo de construção de paz, que pode ser transmitida ao mundo.

Dulce Vítor, Comissária da CNE desde 2004⁴

De acordo com a Comissária da CNE Dulce Vítor, que tem vindo a desempenhar as funções de Comissária da CNE desde 2004, os eleitores têm muito pouca informação, mas muita vontade de participar em todo o processo de educação cívica e de educação de votantes, levado a cabo pela CNE. Para os timorenses as eleições são “a festa da democracia”, na qual as pessoas participam independentemente dos partidos que possam apoiar. A Comissária nota que os timorenses estão habituados a participar neste tipo de processos, uma vez que são também eles que escolhem os seus líderes locais tradicionais. No início a CNE não era vista com grande confiança, quer pela população, quer pelos partidos políticos, uma vez que era ainda uma instituição e uma realidade nova no país. No entanto, hoje em dia os Comissários da

³ Entrevista levada a cabo pela autora em Díli, a 9 de Julho de 2013.

⁴ Entrevistas levadas a cabo pela autora em Díli, a 8 e a 12 de Julho de 2013.

CNE são encarados, quer a nível nacional, quer em cada um dos distritos, com maior confiança, uma vez que são nomeados pelos órgãos de soberania e por outras instituições prestigiadas do país.

No ciclo eleitoral de 2012, a CNE decidiu levar a cabo uma nova iniciativa na área eleitoral: o Pacto para a Eleição Pacífica (“Paktu ba Eleisaun Pasifika”, em tétum). O Pacto para a Eleição Pacífica pretendia criar uma maior confiança da população no processo eleitoral, evitando também que fossem cometidos crimes eleitorais. O Pacto pretendia ser um sinal e um símbolo de paz, em estrita cooperação com a Igreja Católica, com os líderes tradicionais e os membros religiosos das comunidades locais. Foi organizado a diversos níveis, do nacional ao local. Foi organizado a nível nacional, em todos os treze distritos, e em cada suco e em cada aldeia, e organizado de acordo com as características específicas de cada comunidade local.

Um dos principais atores eram os *lia nai’ns*, as autoridades tradicionais timorenses. O *lia nai’n* é a autoridade que medeia os conflitos e administra a justiça, sendo visto como “o dono da palavra”. O *lia nai’n* levava a cabo uma cerimónia baseada na cultura local, onde recorria ao *hamulak* ou transcendência. Eram feitas oferendas ao sobrenatural, *boamalus*, mascava-se a noz de bétel, bebia-se *tua sabu*, bebida tradicional, ou então era lido o futuro nas vísceras dos animais, de acordo com a cultura específica de cada local. Toda esta cerimónia destinava-se a pedir uma eleição pacífica. Era também necessário existir uma cerimónia de abertura e uma cerimónia de fecho de todo este processo, de forma a completar o ciclo. Como tal, após decorridas as eleições de 2012, os Comissários da CNE promoveram também as cerimónias de encerramento em todos os locais onde a cerimónia inicial tinha sido levada a cabo. Esta destinava-se a agradecer aos antepassados pela eleição pacífica e assim completar o ciclo. Este era um elemento muito importante, já que as autoridades locais salientaram a importância de existir uma cerimónia de abertura e outra de encerramento, quando todo este processo foi acordado.

Esta cerimónia demonstrou ser uma excelente oportunidade para a CNE se aproximar dos cidadãos e das comunidades locais. Os líderes locais acederam prontamente a participar e a organizar este evento, dada a anterior situação de crise e de falta de confiança entre os diversos partidos políticos. Todas as cerimónias do

Paktu ba Eleisaun Pasifika foram abertas à participação da população local, os *lia nai'ns*, eleitores e líderes locais, já que se pretendia realizar um evento o mais aberto e amplo possível.

A Comissária Dulce Vítor considera que esta cerimónia foi de uma grande importância, tendo sido uma excelente oportunidade de apelar a uma ampla participação. A utilização de rituais sagrados permitiu às pessoas identificarem-se com o processo, mas convocou também uma outra ordem de forças, incluindo a respectiva sanção, de modo a reforçar a necessidade e a concordância em relação à paz. Na sua perspectiva, o facto de ter sido a primeira vez que uma iniciativa deste cariz foi levada a cabo em Timor-Leste deveu-se à falta de oportunidade e de tempo de a levar a cabo em ciclos eleitorais anteriores, dados os curtos prazos em que a CNE era chamada a assumir funções. Para a Comissária Dulce Vítor, o *Paktu ba Eleisaun Pasifika* foi sem dúvida um dos factores mais importantes que contribuíram para um ciclo eleitoral pacífico em 2012.

Faustino Cardoso, Comissário desde 2004 e Presidente da CNE em 2012⁵

O Comissário Faustino Cardoso, anterior Presidente da CNE, salienta que em 2007 a CNE não teve muito tempo para se preparar para o processo eleitoral. O mandato dos comissários teve início pouco antes das eleições e nem todos os comissários estavam familiarizados com o processo eleitoral. Nesse altura, constituía também um grande desafio fazer com que as pessoas percepcionassem a CNE de uma forma positiva, já que muitas vezes não a diferenciavam do STAE (Secretariado Técnico da Administração Eleitoral), um órgão governamental, e por isso não consideravam a CNE como sendo imparcial. No entanto, devido a uma campanha de educação cívica, atualmente as pessoas já fazem esta distinção e veem a CNE de uma forma positiva, uma vez que a CNE construiu a sua própria credibilidade. Isto também foi feito através de campanhas de educação de votantes, levadas a cabo quer após as eleições de 2007, quer após as eleições de 2012, de forma a explicar os resultados destes processos.

⁵ Entrevista levada a cabo pela autora em Díli, a 10 de Julho de 2013.

O Pacto para a Eleição Pacífica pretendia introduzir uma dimensão cultural de Timor-Leste nas eleições. Pretendia-se que as pessoas ficassem cientes de que os processos eleitorais faziam parte da sua vida, não sendo apenas qualquer coisa distante, relativa ao governo, e meramente formal. Tratava-se de uma forma de fazer compreender e de envolver as pessoas no processo, de uma forma muito prática, e de acordo com os meios e recursos disponíveis.

Para o Comissário Faustino Cardoso tratou-se de uma iniciativa muito importante que teve um grande sucesso. Envolvia as altas hierarquias sociais de cada *suco*, os *lia nai's*, e quando estes falam, todas as pessoas escutam e agem em consonância. Este processo convocou também os *matebian*, os antepassados, e o sobrenatural. Recorreram também às *uma lulik*, ou casas sagradas, de cada aldeia, onde estão guardados os artefactos e os espíritos dos antepassados.

O objectivo era mostrar às pessoas que o processo eleitoral também lhes pertencia a elas, e não apenas ao governo ou às altas instituições do Estado. As pessoas deviam desenvolver um sentido de pertença em relação ao processo e contribuir também, com os seu próprios elementos.

A ideia da realização do Pacto para a Eleição Pacífica surgiu na CNE, tendo por objectivo ligar o processo eleitoral à cultura, mas também à Igreja Católica e aos bispos. Os bispos não estavam preocupados com a eventual natureza pagã da iniciativa, considerando antes que a apoiariam, como foi o caso de D. Basílio do Nascimento, já que a cerimónia era vista como parte da cultura, e não apenas de cariz religioso. Também as autoridades tradicionais, os *lia nai'ns*, viram o Pacto de forma muito positiva. A sua única preocupação referia-se ao facto de, havendo a abertura deste ritual, ser também necessária uma cerimónia de encerramento após as eleições, de forma a completar o ciclo. A CNE comprometeu-se com este aspecto e após as eleições realizou essa cerimónia.

Professor de Educação Primária, conversa informal, Mercado de Taibessi⁶

⁶ Entrevista levada a cabo pela autora em Díli, a 13 de Julho de 2013.

Nesta conversa informal foi salientada pelo interlocutor a importância que as pessoas atribuem à CNE e às campanhas de educação cívica e de educação de votantes. Para este cidadão, a CNE é muito importante no que se refere aos períodos eleitorais, já que “A CNE vai aos distritos antes das eleições e explica o que vai acontecer. É apenas depois disto que chegam as campanhas dos partidos, mas nesta altura as pessoas já sabem para que vão votar”. Para além disso, refere ainda que quando os partidos fazem promessas durante a campanha eleitoral e depois não cumprem, as pessoas não só já não querem votar mais naqueles partidos, como “vão à CNE fazer queixa ou dizer que já não vão votar mais naquele partido”. Para este cidadão timorense, a CNE é vista pela população de forma muito positiva, à qual é associada um sentimento de confiança. É importante porque esclarece a população antes do ato eleitoral, sendo também a esta instituição que as pessoas se dirigem para endereçar o seu descontentamento face aos intervenientes no processo eleitoral, neste caso os partidos. De salientar ainda que esta menção à CNE surgiu de forma espontânea durante o diálogo, ou seja, foi uma instituição salientada de forma positiva no âmbito da consolidação institucional do novo Estado.

Conclusão

A participação desempenha um papel muito importante nas sociedades pós-conflito. Contribui para um sentido de pertença e para assegurar uma representação adequada de todos os sectores da sociedade.

Em Timor-Leste a participação popular tem vindo a ser um factor chave para a construção do Estado. A vontade popular desempenhou um papel importantíssimo para a conquista da independência, inicialmente e de modo formal através da Consulta Popular de 1999, e posteriormente através da construção do novo Estado.

As eleições e os sistemas eleitorais podem e devem incentivar a participação popular e a inclusão dos cidadãos no processo como um todo, factor chave para consolidar o novo Estado e uma adequada representatividade. No entanto, podem não existir disposições formais quanto a este aspecto, nomeadamente a nível

político, programático ou legislativo, e é aí que as instituições eleitorais podem desempenhar um papel insubstituível ao tomar a iniciativa.

Foi este o caso relativamente à CNE, quanto à concepção e implementação do Pacto para a Eleição Pacífica. Congregou todos os atores políticos, bem como a população e as hierarquias sociais, de forma a criar um compromisso formal para a paz. Este compromisso abrangeu também um conjunto de forças que não as do Estado liberal, nomeadamente normas da hierarquia social e dos rituais sagrados, aos quais a população associa um outro conjunto de mecanismos de normatividade, sanção e coerção.

Fica assim demonstrado que a participação pode ser influenciada pelo tempo e local onde os processos decorrem, no seu contexto específico. Demonstra-se ainda que as instituições nacionais, neste caso a CNE, podem desempenhar um papel ímpar, avaliando e determinando que iniciativas devem ter lugar, e com que intervenientes, na forma que localmente melhor se adapte a estes objectivos.

Estes processos podem ter lugar ainda que não inicialmente previstos no processo formal de construção da paz liberal. O Pacto para a Eleição Pacífica foi criado e levado a cabo pela CNE, nunca tendo estado previsto na lei ou em algum mecanismo de intervenção da ONU. No entanto, foi gizado em torno de um aspecto específico desta intervenção, nomeadamente as eleições, tendo com ele dialogado e convergido para um objectivo comum, nomeadamente a promoção da participação e sustentabilidade do processo de construção da paz.

Referências Bibliográficas

Bourdieu, Pierre. 1986. "The Forms of Capital." In *Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education*, edited by John Richardson, 241–58. New York: Greenwood Press.

Cuesta, José. 2004. "From Economist To Culturalist Development Theories: How Strong Is The Relation Between Cultural Aspects and Economic Development?" *Working Papers Series N.º 400. Institute of Social Studies, The Netherlands*.

Evans, Peter. 2002. "Collective Capabilities, Culture, and Amartya Sen's Development as Freedom." *Studies in Comparative International Development. Summer 2002*. Summer 2002.

IDEA, International. 2012. "Constitution Building Processes." <http://www.idea.int/cbp/>.

Putnam, Robert. 1993. *Making Democracy Work: Civic Traditions in Modern Italy*. Princeton University Press.

Richmond, Oliver. 2009. "A Post-Liberal Peace: Eirenism and the Everyday." *Review of International Studies* 35: 557–80.

Sen, Amartya. 1999. *Development as Freedom*. Oxford University Press.

———. 2004. "How Does Culture Matter?" In *Culture and Public Action*, edited by Vijayendra Rao and Michael Walton. Stanford, Calif.: Stanford University Press: Stanford Social Sciences. <http://site.ebrary.com/id/10058807>.